



Cadernos NAUI

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

**Dossiê: Indígena? Presente! Processos (Inter)culturais de
apropriação territorial e (trans)formação identitária indígena em
diferentes contextos temporais e espaciais**

V 10 | n 19 | jul-dez 2021

**Educação patrimonial na arqueologia consultiva:
Análise documental sobre ações realizadas no
oeste de Santa Catarina (2015-2020)**

Valdirene Chitolina



Edição eletrônica

URL: [NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural \(ufsc.br\)](http://NAUI - Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (ufsc.br))

ISSN: 2558 - 2448

Organização

Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC

Referência Bibliográfica

CHITOLINA, Valdirene. Educação patrimonial na arqueologia consultiva: Análise documental sobre ações realizadas no oeste de Santa Catarina (2015-2020). Cadernos Naui: Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural, Florianópolis, v. 10, n. 19, p. 286-302, jul-dez 2021. Semestral.

Educação patrimonial na arqueologia consultiva: Análise documental sobre ações realizadas no oeste de Santa Catarina (2015-2020)

Valdirene Chitolina¹

<https://orcid.org/0000-0002-2118-5660>

Resumo

Este artigo é um fragmento da tese “Patrimônio e memória indígena nas escolas do oeste catarinense”, em fase de elaboração no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade de Passo Fundo (UPF). Objetiva-se analisar o componente que trata do programa de Educação Patrimonial proposto ou executado nas escolas localizadas nos municípios afetados pelos empreendimentos hidroenergéticos da região. Investigam-se 11 projetos e 14 relatórios que versam sobre as atividades realizadas pelos arqueólogos no âmbito do Licenciamento Ambiental, na área dos empreendimentos hidroenergéticos localizados no oeste catarinense, mantidos no CEOM/Unochapecó, entre 2015 e 2020. Problematiza-se como as ações desses empreendimentos nas escolas regionais têm-se prestado ao cumprimento da legislação e à partilha do conhecimento relacionado ao patrimônio arqueológico indígena. Conclui-se que a arqueologia consultiva interage e interfere em locais que abrigam a memória coletiva das comunidades, no entanto a Educação Patrimonial, afetada pela mercantilização das práticas arqueológicas, não é realizada por meio de um processo sistemático e contínuo, as ações educativas não são a prioridade no contexto desse tipo de projeto e, ao que parece, não se configuram como Educação Patrimonial (contínua e sistemática, pretendida na legislação mais recente), pois são ações temporárias.

Palavras-chave: Educação Patrimonial na arqueologia consultiva; empreendimentos hidroenergéticos no oeste catarinense; indígenas.

¹ Doutoranda em História pela Universidade de Passo Fundo, sob a orientação da professora doutora Jacqueline Ahlert, com a modalidade de bolsa FUPF; mestra em História Regional pela Universidade de Passo Fundo; graduada em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Palmas. <valdirenechitolina@yahoo.com.br>.

Heritage education in consultative archaeology: documental analysis on actions taken in the west of Santa Catarina (2015-2020)

Abstract

This article is a fragment of the thesis “Indigenous heritage and memory at schools in the west of Santa Catarina”, in the process of elaboration in the History Graduate Program (PPGH) of the University of Passo Fundo (UPF). The objective is to analyze the component that deals with the Heritage Education program proposed or carried out at schools located in towns affected by the hydropower projects in the region. 11 projects and 14 reports are investigated and deal with the activities carried out by archaeologists under the Environmental Licensing, in the area of hydro-energy projects occupied in the west of Santa Catarina, collectively at CEOM / Unochapecó, between 2015 and 2020. It discusses how the actions of these projects in the regional schools have served to comply with the legislation and share knowledge related to indigenous archaeological heritage. It is concluded that consultative archeology interacts and interferes in places that keep the collective memory of communities, however, Heritage Education, affected by the commodification of archeological practices, is not carried out through a systematic and continuous process, educational actions are not the priority in the context of this type of project and, it seems, they are not configured as Heritage Education (continuous and systematic, intended in the most recent legislation), as they are temporary actions.

Keywords: Heritage Education in consultative archeology; hydro-energy projects in the west of Santa Catarina; indigenous.

Este artigo, que trata sobre a Educação Patrimonial na arqueologia consultiva no oeste de Santa Catarina, é um estudo qualitativo, fundamentado no método de observação e análise de registros institucionais escritos. A amostra investigada são 11 projetos e 14 relatórios que versam sobre as atividades realizadas pelos arqueólogos no âmbito do Licenciamento Ambiental, na área dos empreendimentos hidroenergéticos localizados no oeste de Santa Catarina, mantidos no Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM)/Unochapecó, entre 2015 e 2020.

Há, em Santa Catarina, outras instituições capacitadas para dar suporte aos projetos que envolvem a arqueologia, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); entretanto, o CEOM foi a instituição contemplada por acolher projetos em âmbito regional. A opção dos 25 documentos analisados ponderou o recorte temporal dos últimos cinco anos. Optou-se pelos empreendimentos hidroenergéticos em detrimento de outros, como os rodoviários, por exemplo, em virtude da magnitude, da quantidade e da abrangência regional dos projetos.

Com base nos documentos, buscam-se respostas para as seguintes questões: como as ações desses empreendimentos, nas escolas da região oeste, têm-se prestado no cumprimento da legislação e na partilha do conhecimento relacionado ao patrimônio arqueológico indígena? Há um equilíbrio entre a ciência, os valores locais e o Projeto Integrado de Educação Patrimonial (PIEP) e/ou ações educativas na arqueologia consultiva?

Em cada projeto, ou relatório, será selecionado como objeto de estudo o trecho sobre Educação Patrimonial ou ações educativas propostas ou executadas nas escolas localizadas nos municípios afetados pelos empreendimentos. Ressalta-se que as “ações educativas” foram nominadas em alguns documentos como se fossem “Educação Patrimonial”, com exceção de um único empreendimento, que se enquadra no PIEP.² Dessa forma, a maioria dos autores dos projetos e relatórios escreveram erroneamente o termo “Educação Patrimonial”, em vez de ações educativas/extroversão do conhecimento; ao utilizar esse termo, eles estão equivocados perante a Lei (IPHAN, 2015).

Ressalta-se que, por meio da Portaria n. 230, de 17 de dezembro de 2002, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) demandava a realização de pesquisas arqueológicas de acordo com as fases dos licenciamentos ambientais e ações educativas mais pontuais e/ou Educação Patrimonial. Dessa forma, projetos desenvolvidos com base nessa Portaria n. 230/2002 “não estabelecem diretrizes para a prática educativa, abrindo um leque para possíveis ações que não correspondem adequadamente ao conceito da Educação Patrimonial” (BERTONCELLO, 2017, p. 9).

Para diminuir esse descompasso, foi publicada a Instrução Normativa n. 1, de 25 de março de 2015 (IN 001/2015), que estabelece mudanças claras em relação à Portaria n. 230/2002, “apontando diretrizes para a condução das atividades educativas e novas condutas no tocante à pesquisa arqueológica, dessa forma, houve maior demanda de profissionais para atuar na arqueologia consultiva, bem como um novo rigor sobre a forma de divulgar as pesquisas para a comunidade” (BERTONCELLO, 2020, p. 15). Mais tarde, o IPHAN lançou a Portaria n. 137, de 28 de abril de 2016 (Portaria n. 137/2016), a qual registra que “os processos educativos deverão primar pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades” (BRASIL, 2016). De acordo com a referida portaria, a Educação Patrimonial pode ser conceituada como

² Este é o documento: SCHWENGBER, Valdir Luiz. **Relatório final de pesquisa arqueológica**: Programa de gestão do patrimônio arqueológico na área de implantação da PCH São Carlos, municípios de Lacerdópolis e Campos Novos/SC. Espaço Arqueologia. Tubarão, abr. 2020.

[...] os processos educativos formais e não formais, construídos de forma coletiva e dialógica, que têm como foco o Patrimônio Cultural socialmente apropriado como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais, a fim de colaborar para seu reconhecimento, valorização e preservação. (IPHAN *apud* BERTONCELLO, 2017, p. 14).

Ressalta-se que a IN 001/2015 afirma que ações pontuais, como palestras, não se configuram como o PIEP que ela prevê para os níveis III e IV. Lembrando que o PIEP só vai acontecer nos projetos de níveis III e IV, quando houver achado arqueológico na Área Diretamente Afetada (ADA).³ Importante saber, também, que o PIEP só acontece quando existem achados arqueológicos; do contrário, ocorre somente uma divulgação, o que a IN 001/2015 chama de “extroversão do conhecimento”.

O que mostra a documentação

Na atualidade, a arqueologia consultiva (chamada de forma coloquial de “contrato”, “salvamento” ou “preventiva”) do recorte geográfico estudado está voltada aos empreendimentos que necessitam de licenciamento ambiental, como, por exemplo, obras do setor hidroenergético. Porém, a arqueologia consultiva,

[...] devido às grandes áreas pesquisadas, traz ao final dos trabalhos grandes acervos e muitos relatórios que na maioria das vezes acabam esquecidos, uma vez que objetivam demonstrar para a empresa contratante, o IPHAN, o IBAMA etc., que foi realizado o salvamento arqueológico da área atingida pela obra de engenharia. (CARBONERA, 2009).

Além das pesquisas consultivas, há pesquisas arqueológicas academicistas, como as que são desenvolvidas pelos profissionais do CEOM/Unochapecó e do LUPA/UFFS, *Campus Chapecó*, entre outros. Marcus Antonio Schifino Whitman salienta que o IPHAN tem contabilizados, entre 1991 e 2017, 13.956 processos de arqueologia, os quais são divididos em cinco categorias: arqueologia preventiva, arqueologia acadêmica, intervenção em bem protegido, estudo para tombamento e não se aplica – para esta última categoria, não fica muito clara qual seria a sua especificidade. Esses processos estão repartidos nas 27 Superintendências Regionais (SE) e no Centro Nacional de Arqueologia (CNA). Tais números não representam a

³ Se o empreendimento for classificado de nível I ou II (de baixa e média interferência, respectivamente), não é exigida a Educação Patrimonial. Para os níveis III, IV (de média e alta interferência, respectivamente), sim.

real quantidade de empreendimentos, pois alguns processos não obtiveram anuência do IPHAN ou foram revogados, e há alguns duplos na lista fornecida pelo instituto (IPHAN, 2018, p. 26-27).

O mesmo autor segue escrevendo que, entre 1991 e 2017, comparando a quantidade e porcentagem dos processos de arqueologia preventiva e acadêmica, foram contabilizados 12.483 processos referentes à arqueologia preventiva (89,4%). A arqueologia acadêmica abarca 3,6% dos processos registrados (513). Obviamente, isso não quer dizer que ocorreu apenas esse número de pesquisas arqueológicas nas universidades brasileiras, mas, sim, que foi esse o número de projetos de pesquisa protocolados no IPHAN. A partir da vigência da IN 001/2015, até 2018, foram protocolados no IPHAN 3.537 processos; desses, 3.395 são para projetos no âmbito da arqueologia preventiva (95,6%) e 96 de projetos acadêmicos (2,7%). Nota-se, assim, claramente, como os projetos no âmbito da arqueologia preventiva/consultiva se sobressaem (WITTMANN, 2018, p. 26-27).

No oeste de Santa Catarina, assim como no País,

[...] as pesquisas preventivas ou de salvamento têm a função de prevenir a destruição de qualquer Patrimônio Cultural no processo de desenvolvimento urbano e industrial. São financiadas pelo empreendedor, como parte do Estudo de Impacto Ambiental, quando da instalação de estrutura comercial, industrial ou pública de impacto ambiental considerado de médio a alto, dependendo também da área atingida. As pesquisas acadêmicas são em sua maioria projetos de longa duração tendo interesse principal na obtenção de conhecimento arqueológico específico e aprofundado em regiões maiores, são financiadas pelas universidades, museus, por recursos próprios dos pesquisadores ou das agências de fomento à pesquisa. (DELFORGE, 2010, p. 14).

Pelo fato de que esta parte da pesquisa está voltada às ações de Educação Patrimonial desenvolvidas nas escolas dos municípios afetados pelos empreendimentos hidroenergéticos, registra-se que a Educação Patrimonial é a “ação educativa sobre bens coletivos que nossa geração possui; bens herdados ou adquiridos, mas que queremos manter e conservar, pois fornecemos valor a eles ou os consideramos um valor em si” (AHLERT; MUÑOZ, 2003, p. 86, tradução nossa). Ademais, “através da Educação Patrimonial o cidadão torna-se capaz de entender sua importância no processo cultural em que ele faz parte, cria uma transformação positiva entre a relação dele e do Patrimônio Cultural” (CARVALHO; FUNARI, 2008, p. 1131).

Juliane Carla Lima e Silva e Matheus Belo Barbosa registram que a Educação Patrimonial é um importante meio que rompe barreiras que separam a população da academia. Além disso, que a educação do Patrimônio Cultural busca muito mais do que uma “transferência de novos

saberes” ou “apresentar a cultura para o próprio povo que a constitui”; pelo contrário, aliás, ela é uma facilitadora entre dois conhecimentos divergentes, o científico e o popular, e entre os dois possui uma linha tênue que provoca uma inquietude de buscar mais, de conhecer mais, conseqüentemente de criar vínculos afetivos com o patrimônio e, por conseguinte, a sua preservação (LIMA E SILVA; BARBOZA, 2020).

Sobre a Educação Patrimonial, o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) registra:

Na prática o que se denomina por Educação Patrimonial, tal como hoje é conhecida, foi inicialmente aplicada no Museu Imperial de Petrópolis na década de 90 pela museóloga Maria de Lurdes Horta, que se baseou no método do *Heritage Education* para desenvolver pesquisas de grande relevância na área. Sua experiência foi adotada pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN quando a Portaria 230/2002, a atrelou a pesquisas conhecidas como de Salvamento ou de Resgate arqueológico tornando obrigatória a sua prática junto a programas de pesquisas de resgate arqueológicos realizados através de contratos empresariais. Desde então se tornou procedimento indispensável de devolução sociocultural às comunidades afetadas pelas obras de impacto direto e indireto sobre o patrimônio arqueológico em todo o território nacional. (IAB, 2020).

De acordo com Janice Gonçalves, em relação à Educação Patrimonial,

[...] não há consenso quanto a pressupostos teóricos e procedimentos), ainda persiste uma visão segundo a qual é preciso educar para defender o patrimônio, frequentemente associada à ideia de que sua defesa (ou proteção) poderá ser garantida pelo “esclarecimento” das pessoas. (GONÇALVES, 2017, p. 36-49).

No oeste catarinense, assim como no País, o programa de Educação Patrimonial apresentado nos projetos, ou as ações de divulgação científica e extroversão apresentadas nos relatórios de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico dos empreendimentos hidroenergéticos, é realizado, entre outras leis, em virtude das exigências da IN 001/2015, que

[...] estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, quando instado a se manifestar nos processos de licenciamento ambiental federal, estadual e municipal em razão da existência de intervenção na Área de Influência Direta – AID do empreendimento em bens culturais acautelados em âmbito federal. (BRASIL, 2015).

Em consonância com a instrução citada, ao ler os projetos e relatórios, em um primeiro momento, em virtude do equívoco cometido pela maioria dos autores ao registrar nos projetos e relatórios o termo “Educação Patrimonial” em vez do termo “extroversão do conhecimento”, que segundo a IN 001/2015 significa a divulgação, também de forma equivocada, ao fazer a análise da documentação, subentendeu-se que:

1. Ocorria a repetição do aporte teórico relacionado ao contexto antrópico regional, pois o mesmo arqueólogo é responsável por diversos projetos e relatórios de empreendimentos

diferentes – essa situação é apresentada com detalhes no Quadro 1, que mostra o trecho do texto copiado, em quatro obras diferentes:

Quadro 1 – Citação e referências sobre Educação Patrimonial com a comunidade escolar

Citação repetida	Referências
Para a comunidade escolar, será escolhida a escola mais próxima do empreendimento; esta receberá palestras para as turmas que estarão disponíveis, neste caso pretendemos ministrar uma roda de conversa com a finalidade de discutir conceitos como os de “patrimônio”, “identidade”, “pertencimento”, “cultura”, “arqueologia”, áreas de atuação dos arqueólogos, entre outros temas e conceitos que tangem ao patrimônio arqueológico.	LOPES, ago. 2016, p. 56
	LOPES, set. 2016, p. 61
	LOPES, set. 2017, p. 47
	LOPES; FARHERR, nov. 2017, p. 78

Fonte: elaborado pela autora.

Outro exemplo de “copiar/colar” em relação ao texto do programa de Educação Patrimonial direcionado à comunidade escolar é registrado no *Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico – PCH Fortaleza, municípios de Iraceminha e Descanso* e no *Plano de trabalho para o salvamento e monitoramento arqueológico e Educação Patrimonial da PCH das Pedras, Água Doce*. As alterações ocorrem na nomeação do empreendimento e na indicação da oficina realizada com os alunos. Na PCH Fortaleza, é a oficina de argila; na PCH das Pedras, é a de quebra-cabeça.

Sinaliza-se que a prática de copiar/colar é muito comum, especialmente quando os projetos são do mesmo arqueólogo. Nos projetos pesquisados por Aline Bertoncello junto ao IPHAN, há registros de que nunca se barrou um projeto por esse motivo. Arqueólogos também relatam que é insustentável criar ‘do zero um projeto’, já que eles elaboram muitos. Dessa forma, como o que é realizado não se enquadra como Educação Patrimonial (pois a IN 001/2015 não o exige para este momento em específico), não há problemas em realizar uma ação mais geral. A única observação a se fazer é enquadrar o projeto com a realidade da região – por exemplo, na região do Alto Rio Uruguai, há que tratar dos povos que habitaram esse lugar, e não sobre outros (BERTONCELLO, 2020).

2. Nas ações de Educação Patrimonial⁴ destinadas às escolas registradas nos projetos de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico nas áreas dos empreendimentos da CGH Arabutã, Arabutã; PCH Bom Retiro, Faxinal dos Guedes e Ipumirim; PCH Fortaleza, na divisa dos municípios de Descanso e Iraceminha; PCH das Pedras, Água Doce; CGH Bráulio, Arabutã

⁴ Como já foi informado, esse termo foi utilizado equivocadamente pelos autores, pois na lei não havia diretrizes claras, configurando-se apenas como extroversão do conhecimento.

e Ipumirim; PCH São Carlos, Lacerdópolis e Campos Novos; CGH Cachoeirinha, Xanxerê e Xaxim, é registrado que o programa será realizado em “escolas da rede pública dos municípios”.

Entretanto, ao se comparar os projetos dos empreendimentos com os relatórios finais, como, por exemplo, na área do empreendimento CGH Arabutã e na CGH Bráulio, percebe-se que apenas “uma unidade escolar” ou um nível de ensino de uma escola de cada município é contemplado, diferentemente do que é registrado, no plural, “nas escolas da rede pública dos municípios”. Esse exemplo está referenciado no Quadro 2.

Quadro 2 – Projetos *versus* relatórios, da CGH Arabutã e CGH Bráulio, no programa de Educação Patrimonial

Projetos	Relatórios
CGH Arabutã	CGH Arabutã
Para a comunidade escolar, será escolhida <i>a escola mais próxima do empreendimento</i> , esta receberá palestras para as turmas que estarão disponíveis [...]. (LOPES, ago. 2016, p. 56).	A Escola de Ensino Básico Marcolino Pedroso teve como público-alvo <i>os alunos do ensino médio, sendo eles 19 estudantes do primeiro ano, 8 estudantes do segundo ano e 17 estudantes do terceiro ano, totalizando 44 alunos.</i> (LOPES, dez. 2016, p. 247).
Acredita-se que as ações de Educação Patrimonial <i>nas escolas da rede pública dos municípios abrangidos</i> pelo empreendimento possuem o poder de discutir os processos de seleção e produção dos bens patrimoniais. (SOUSA, set. 2017, p. 55).	A Educação Patrimonial foi realizada com os <i>alunos do 9º ano</i> do Ensino Fundamental da Escola de Educação Básica Benjamim Carvalho de Oliveira, Ipumirim (SC) [...]. (SOUSA, jul. 2018, p. 32-36). Na Escola Básica Arabutã, em Arabutã, a metodologia consistiu em <i>uma conversa</i> [...] abordando a temática arqueológica e do Patrimônio Cultural, <i>com o diretor da escola e demais funcionários</i> , juntamente com a entrega de <i>folder</i> [...] uma vez que os alunos já se encontravam no período de férias escolares [...]. (SOUSA, jul. 2018, p. 32-36).

Fonte: Lopes (ago. 2016, p. 56), Lopes (dez. 2016, p. 247), Sousa (set. 2018, p. 55), Sousa (jul. 2018, p. 32-36).

Para confirmar a ideia de que não são “as escolas” de ensino público e sim “a escola mais próxima do empreendimento”, ou então “uma” escola em cada município, ou, melhor, algumas turmas, ou uma turma, basta observar os projetos ou relatórios finais associados às implantações da CHG Jacu, Xaxim; CGH Dengosa, Abelardo Luz; CGH Arabutã, Arabutã; CGH 3 de Outubro, Irani e Caçador; PCH Andromix, Tangará; CGH Marrecas, Seara; CGH Taborda, Xaxim e Lajeado Grande; PCH Andromix, Tangará; CGH São Clemente, Irani e Jaborá; CGH Bráulio, Arabutã e Ipumirim; CGH Aliança, Calmon; CGH Sete Quedas, Faxinal dos Guedes; CGH Duque, Ibicaré e Treze Tílias; CGH Udo Ary Callfass, Xanxerê; PCH Passo do Irani, Faxinal dos Guedes e Ipumirim; CGH Cobra Verde, Palma Sola e Anchieta.

Todavia, se as ações registradas nos parágrafos anteriores, configuram-se somente como “extroversão do conhecimento” e não como Educação Patrimonial, assim, elas não estão

equivocadas, de acordo com as diretrizes do IPHAN, pois a extroversão é uma proposta sucinta. Para os profissionais do IPHAN, que analisam os projetos/relatórios, é preferível que as escolas atendidas estejam na ADA, e geralmente abrangendo só uma escola mesmo. O que eles cobram é que exista coerência entre o projeto e o relatório, ou seja, se o arqueólogo citar no projeto que vai atender duas escolas que estão na ADA do empreendimento, no relatório vai ter que apresentar dados que comprovem as atividades nas duas escolas; caso contrário, precisa justificar o porquê da não realização (BERTONCELLO, 2020).

3. Em todos os documentos, é registrada a importância dos sítios arqueológicos para compreensão da cultura material humana pré-histórica ou histórica. Os sítios arqueológicos englobam todos os vestígios da existência humana e interessam todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam: estruturas e vestígios abandonados de todo o tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (IPHAN, 2020, p. 1). Ou, ainda, de acordo com Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro, os sítios arqueológicos, além dos monumentos, são identificados como “fragmentos do cenário do passado, elementos de uma paisagem que sofreu modificação ao longo do tempo, e funcionam como chaves para a reconstituição das sucessivas camadas da ocupação humana e dos remanescentes que chegaram até nós” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 65).

Observar um sítio arqueológico e perceber as ações passadas e presentes “funcionaria como chave” para compreender as necessidades humanas na produção de seus aparatos de sobrevivência. Entretanto, em nenhum projeto ou relatório, é citada a visitação *in loco*, pelos alunos e professores, nos sítios arqueológicos destruídos ou preservados pelos empreendimentos.

Segundo Alexandre Pena Matos, ao se tratar de Educação Patrimonial, as atividades que são realizadas nas escolas não se enquadram como tal. Pensando no funcionamento desses projetos, pode-se dizer que se encontram longe do ideal, pois os profissionais têm problemas sobre o prazo da obra, e geralmente trabalham com orçamentos apertados. Isso dá margens para priorização do estudo em si em detrimento das atividades educativas (MATOS, 2017).

Desta forma, observar a trajetória da Educação Patrimonial, respaldada pelo Estado, por meio do IPHAN, e que é empreendida nas escolas da região oeste de Santa Catarina, significa “compreender como o Estado vem pautando sua relação com a população nesse campo e levantar subsídios para lutar por outras formas” (SIVIERO, 2015, p. 83). Ressaltando que existem outras iniciativas do Estado, como o Edital Elisabete Anderle (FCC), que prevê

concorrência para ações de Educação Patrimonial, inclusive democratizando a realização das atividades, já que recebe propostas de pessoas físicas e jurídicas.

Outras formas, por quê? Para “falar com maior propriedade da educação sobre o Patrimônio Cultural é cabal deixar a sala de aula fechada e mergulhar em lugares, objetos, manifestações, ou seja, feito como tal para poder entendê-lo além da própria teoria” (AHLERT; MUÑOZ, 2019, p. 37, tradução nossa). Neste caso, os sítios arqueológicos que abrigam e contam a história indígena regional num período de longa duração poderiam ser visualizados e interpretados em seu contexto cultural, colocados diante da realidade de professores e alunos; não apenas apresentados por meio de palestras, oficinas de argila e jogos de quebra-cabeça que são orientados por profissionais contratados – embora, na maioria das vezes, seja um trabalho repleto de características positivas, especialmente por se tratar de um assunto “raro” em âmbito escolar.⁵ Esse seria o ideal, porém os arqueólogos encontram muitos entraves para essa realização. Primeiro, em função do tempo/orçamento; segundo, porque a legislação não prevê ações maiores em todos os projetos, somente em determinados níveis. Por exemplo, o único documento analisado que se enquadrou no PIEP foi referente ao empreendimento da PCH São Carlos, nos municípios de Lacerdópolis e Campos Novos (SC).

A IN 001/2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo IPHAN nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe, prevê que cada projeto seja classificado de acordo com um nível, porque, para cada nível de empreendimento, o IPHAN exige determinadas ações; então, numa etapa mais inicial, obviamente as ações educativas serão mais simples, não tão detalhadas como as de um projeto maior e que está em um estágio mais avançado.

Informa-se que há somente um projeto com PIEP, portanto a crítica apresentada nos itens 1, 2 e 3 não caberia a 99% dos documentos analisados. Ressalta-se que as duas principais legislações que dão instruções a respeito da Educação Patrimonial, a maioria dos processos analisados tiveram como vigência a IN 001/2015, embora a Portaria n. 230/2002 também seja importante, pois torna possível compreender a diferença principalmente no que se refere às cobranças em relação à Educação Patrimonial. Não foi possível, neste momento, entrar em

⁵ Essa atividade educativa exige um contexto específico e de preparação para que não haja danos ao patrimônio arqueológico. Além disso, aspectos específicos dos locais também devem ser considerados, como a acessibilidade e a própria exposição do sítio arqueológico. Além dessas questões “físicas” do sítio arqueológico, há ainda questões culturais, já que grande parte da população da região oeste catarinense não tem um sentimento de pertencimento ou apropriação de locais atribuídos à ancestralidade indígena. Ao contrário, há conflitos de terra, culturais e descrença, que devem ser tratados, inicialmente, com ações apaziguadoras de conhecimento.

contato com os arqueólogos e perguntar se já aconteceu o Projeto Integrado de Educação Patrimonial, se a construtora contratou outra equipe, se estão se organizando para fazê-lo, para tentar compreender o que aconteceu com esses processos de acordo com o depoimento dos arqueólogos.

Entre os 25 documentos analisados, o “Relatório final de pesquisa arqueológica: programa de gestão do patrimônio arqueológico na área de implantação da PCH São Carlos, municípios de Lacerdópolis e Campos Novos/SC”, apresentado ao IPHAN/SC em abril de 2020, foi o único que registrou PIEP. Lembrando que esse empreendimento foi considerado de nível III, no qual foram encontrados vestígios arqueológicos (taipas de pedra) da época do Brasil Colônia, por isso foi necessário executar Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico (SCHWENGBER, 2020).

Lê-se no documento que, além das ações de divulgação da pesquisa junto aos moradores da área do empreendimento, os arqueólogos promoveram a divulgação da pesquisa que tratou sobre o ciclo das tropas, o processo de ocupação histórico do planalto catarinense e sobre arqueologia; além de mencionar ações educativas com alunos dos anos finais do ensino fundamental (7º, 8º e 9º) de escolas dos municípios de Lacerdópolis (Escola de Educação Básica Joaquim D’Agostini) e Campos Novos (Escola Municipal de Ensino Fundamental André Rebouças). Para ampliar o público-alvo das ações de esclarecimento e divulgação dos bens acautelados e da pesquisa, uma postagem foi realizada no *site* da empresa Espaço Arqueologia (SCHWENGBER, 2020).

De acordo com o PIEP, em relação às ações realizadas nas escolas, no projeto, foram propostos três encontros, os quais foram demonstrados no relatório final, conforme o Quadro 3 e os itens que seguem.

Quadro 3 – Atividades desenvolvidas nas escolas de Lacerdópolis (Escola de Educação Básica Joaquim D’Agostini, 18 e 19 de fevereiro de 2020) e Campos Novos (Escola Municipal de Ensino Fundamental André Rebouças, 18 e 19 de março)

Encontro	Tema	Atividade	Tempo	Avaliação
1º	Arqueologia e Patrimônio Cultural	Oficina de objetos ⁶	45min	Elaborar um desenho sobre entendimento dos termos “Arqueologia” e “Patrimônio Cultural”.

⁶ O objetivo dessa oficina é “apresentar noções iniciais da pesquisa arqueológica a partir de ações que acontecem no dia a dia, primando por usar exemplos próximos aos alunos como forma de melhor promover o entendimento dos conceitos tratados” (SCHWENGBER, abr. 2020, p. 30).

2º	A ocupação humana no ambiente regional	Aula expositiva dialogada ⁷	45min	
3º	Os saberes e fazeres tradicionais	Oficina de Inventário Participativo ⁸	45min	A mesma atividade do 1º encontro foi proposta para comparar a apropriação do conhecimento e a eficácia das estratégias utilizadas. ⁹

Fonte: Schwengber (abr. 2020, p. 20).

- As propostas foram aprovadas pelo IPHAN/SC em consonância com a metodologia proposta no PIEP, conforme a IN 01/2015 e a Portaria do IPHAN n. 137/2016.
- As atividades educativas procuram ampliar a preservação e a valorização dos diversos Patrimônios Culturais regionais.
- As ações educativas abrangeram outros segmentos, além das duas escolas próximas do empreendimento.
- Um total de 84 alunos de ambas as escolas foram contemplados com o PIEP.
- Ao observar as fotografias dos eventos, notou-se que a sala de aula foi o cenário para as atividades propostas, além das entrevistas com os familiares.

Além dos itens 1, 2 e 3 apresentados, o que segue também foi observado, por meio da documentação que gerou o equívoco na interpretação (porque, conforme o nível, não há exigência legal de um programa de Educação Patrimonial e, sim, apenas ações educativas pontuais de extroversão do conhecimento). Então, foi possível observar no conjunto da documentação, incluindo o único relatório do qual consta o PIEP.

4. Em relação à história indígena regional trabalhada nos programas de Educação Patrimonial realizados em virtude dos empreendimentos, percebe-se, por meio dos projetos/relatórios finais, que não são oferecidos cursos, oficinas, atividades práticas ou palestras aos professores das redes de ensino municipais, estaduais ou particulares (com raras

⁷ A aula expositiva-dialogada tratou sobre a paisagem regional e a ocupação humana (SCHWENGBER, abr. 2020, p. 22).

⁸ Nesse inventário participativo, os alunos apresentaram as pesquisas feitas no dia anterior com seus pais, avós ou pessoas mais velhas de sua comunidade a respeito de saberes, fazeres e manifestações caracterizadas como seu patrimônio cultural. Para que os alunos fizessem essa pesquisa, foi distribuída, para cada um, uma ficha adaptada da Ficha de Saberes do inventário participativo, que compõe o Manual Educação Patrimonial: inventários participativos (IPHAN, 2016 *apud* SCHWENGBER, abr. 2020, p. 27).

⁹ Atividade diagnóstica: cada aluno recebeu uma folha A4 em branco e desenhou ou escreveu o que sabia sobre Arqueologia e Patrimônio Cultural (conhecimento prévio). Após 10 minutos, os educadores recolheram a atividade, a qual foi comparada com os desenhos realizados no encontro anterior, como maneira de avaliar a apreensão do conhecimento sobre os temas tratados e a efetividade das estratégias utilizadas na Educação Patrimonial (SCHWENGBER, abr. 2020, p. 22).

exceções da presença de professores que acompanham as turmas) para que, ao longo do tempo, possam compartilhar o conhecimento adquirido com um número maior de educandos. Esses profissionais poderiam contribuir para o desenvolvimento da Educação Patrimonial, auxiliando no fortalecimento dos sentimentos de pertencimento à comunidade, o “que indubitavelmente reforçaria sua identidade” (AHLERT; MUÑOZ, 2019, p. 37, tradução nossa).

Matos, ao encerrar sua tese de doutorado, que trata sobre a Educação Patrimonial no contexto arqueológico e as reflexões acerca das práticas educacionais, conclui que há certezas “de que a Educação Patrimonial é o melhor método na difusão do Patrimônio Cultural e, para que ela se torne efetiva e afetiva no cotidiano, a participação do professor e professora como promotores dessas ações é importantíssima” (MATOS, 2017, p. 223). Além disso, que a literatura contemporânea sobre o patrimônio arqueológico regional não foi explorada.¹⁰

Outro enfoque que responde à pergunta que norteou esta pesquisa é o fato de que os projetos e relatórios dos empreendimentos hidroenergéticos pretendem e descrevem uma Educação Patrimonial que na realidade não se aplica. Por exemplo, ao se observar o conceito de “Educação Patrimonial”, nota-se

[...] que é um processo permanente e sistemático centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária do conhecimento. A partir da experiência e do contato direto com as evidências físicas e manifestações da cultura, em seus múltiplos aspectos, busca levar a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização da herança cultural permitindo uma melhor fruição destes bens e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, em um processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 65).

De acordo com o “Guia Básico de Educação Patrimonial”, esta é um processo permanente e sistemático, centrado em fontes primárias, que visa a experiência e o contato direto com as evidências para gerar a apropriação, a construção do conhecimento e a valorização cultural. Por este motivo, questiona-se: como esses objetivos poderão ser alcançados com as propostas de Educação Patrimonial registradas nos projetos e relatórios? Especialmente se as palestras são planejadas para durar 30 minutos? (Conforme indicado no *Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico – PCH Fortaleza (SC), rio das Antas, na divisa dos municípios de Descanso e Iraceminha*; no *Plano de trabalho para o salvamento e monitoramento arqueológico e Educação Patrimonial da PCH das Pedras, Água Doce*; no *Projeto de pesquisa para a avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na CGH Bráulio, municípios de*

¹⁰ O CEOM disponibiliza gratuitamente, de forma digital e impressa, inúmeras obras sobre patrimônio arqueológico regional.

Arabutã e Ipumirim; no Projeto de avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na PCH São Carlos, municípios de Lacerdópolis e Campos Novos). Ou, então, conforme o único documento do qual consta a obrigatoriedade do PIEP, o *Relatório final de pesquisa arqueológica: Programa de gestão do patrimônio arqueológico na área de implantação da PCH São Carlos, municípios de Lacerdópolis e Campos Novos/SC*, no qual as atividades escolares tiveram um tempo previsto de 3 aulas de 45 minutos?

Dessa forma, será que é possível pensar que essas atividades estão centradas num processo ativo? Nos documentos dos quais não consta o PIEP, os estudantes ouvem e depois executam o que lhes é solicitado. Ocorre uma “transferência” de informações. Alunos e professores são espectadores. Ou seja, será que essas ações são suficientes para que os educandos desenvolvam a valorização e o sentimento de pertença em relação ao Patrimônio Cultural indígena regional? “Sabe-se que os indivíduos, em razão da impossibilidade de suportar as imensas sobrecargas memoriais, são, muitas vezes, incapazes de conferir sentido às informações adquiridas” (CANDAUI, 2016, p. 114).

Ficam as perguntas, relacionadas apenas às ações de Educação Patrimonial realizadas em virtude do empreendimento da PCH São Carlos, nos municípios de Lacerdópolis e Campos Novos/SC, considerado de nível III, com a obrigatoriedade de realizar o PIEP, o qual foi executado na Escola de Educação Básica Joaquim D’Agostini, em Lacerdópolis, e na Escola Municipal de Ensino Fundamental André Rebouças, em Campos Novos; tendo como exemplo a realização de oficina de objetos (45min), a aula expositiva e dialogada (45 min) e a oficina de inventário (45 min): tais eventos podem ser considerados permanentes e sistemáticos? As ações realizadas em ambas as escolas primam “pelo diálogo permanente entre os agentes sociais e pela participação efetiva das comunidades”, conforme a Portaria do IPHAN n. 137/2016?

Chegou-se à resposta de que as ações educativas são temporárias e não são a prioridade no contexto desse tipo de projeto. Dessa forma, continuam sendo “ações educativas” que, ao que parece, não se configuram como Educação Patrimonial (contínua e sistemática, pretendida na legislação mais recente).

Arno Alvarez Kern escreve que “somos responsáveis por esses milhares de vestígios da cultura material, que nos abrem novas perspectivas através de seu estudo, em busca das respostas que cada geração formula sobre o seu passado e o da humanidade” (KERN, 2017, p. 23-39). Dessa forma, muitas vezes, a Educação Patrimonial desenvolvida na região, em virtude da arqueologia consultiva, representa um dos raros acessos da comunidade escolar a esse tipo de experiência. Se essas ações fossem desenvolvidas por meio de um processo sistemático e

permanente, poderiam contribuir ainda mais para a inclusão, por exemplo, das reminiscências pré-históricas e históricas dos povos indígenas que viveram e que vivem nesse lugar.

Por isso, aproximar a comunidade regional desse legado possibilitaria o reconhecimento, a valorização e a preservação de culturas milenares, como, por exemplo, a dos caçadores-coletores, dos Jê (atuais Kaingang e Xokleng) e dos Guarani. A pré-história e a história desses grupos na região oeste de Santa Catarina não receberam a mesma popularidade da história dos que “legalmente” adquiriram as terras a partir das primeiras décadas do século XX, os migrantes sul-rio-grandenses descendentes de europeus, brancos, cristãos que “colonizaram” a região. Por outro lado, a presença indígena dos que vivem nas terras ou reservas indígenas dos povos Kaingang, Xokleng e Guarani, e que frequentemente comercializam artesanatos em locais públicos, confirma uma ocupação histórica de longa data.

A Educação Patrimonial mediada por outros meios, que alcançasse especialmente os professores da região e que também explorasse a literatura recente sobre a história indígena regional, poderia dar mais visibilidade a essa história indígena milenar, que comumente é mediada pelo senso comum, até mesmo em âmbito escolar.

Referências

- AHLERT, Jacqueline; MUÑOZ, Jenny González. Lacuma: Experiencia de educación patrimonial en el ámbito arqueológico. *Educación y ciencia*, v. 8, n. 52, jul./dic. 2019, p. 37. *In*: MERILLAS, Fontal Olaia. **La educación patrimonial: Teoría y práctica en el aula, el museo e internet**. Asturias: Trea, 2003.
- BERTONCELLO, Aline. **Análise da Educação Patrimonial em projetos de licenciamento ambiental realizados entre o Rio Peperi-Guaçu e Rio Chapecó-SC (2002 a 2012)**. Monografia (Especialização em Arqueologia e Patrimônio) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Porto Alegre, 2017.
- BERTONCELLO, Aline. **Patrimônio, legislação e licenciamento ambiental: análise das ações educativas em processos de arqueologia consultiva realizadas no Oeste Catarinense (2012-2018)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, 2020.
- BRASIL. **Instrução Normativa n. 001, de 25 mar. 2015**. Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Brasília, DF, 2015.
- BRASIL. **Portaria IPHAN nº 137, de 28 de abril de 2016**. Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do IPHAN e das Casas do Patrimônio. Brasília, DF, 2016.
- CANAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.
- CARBONERA, Mirian. Patrimônio arqueológico no oeste de Santa Catarina: do colecionismo ao científico. **Revista de arqueologia**, v. 22, n. 1, p. 83-98, jan.-jul. 2009. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/index.php/sab/article/view/262>. Acesso em: 2 jul. 2021.
- CARVALHO, Aline Vieira de; FUNARI, Pedro Paulo. Patrimônio e diversidade: algumas questões para reflexão. IV Encontro de História da Arte – IFCH/UNICAMP. 2008, p. 306. *In*: BASTOS, R. L.; FUNARI, P. P. A. **Public Archaeology and Management of the Brazilian Archaeological-Cultural Heritage**. Handbook of South American Archaeology. New York: Springer 2008.
- DELFORGE, Alexandre Henrique. **O gerenciamento do patrimônio arqueológico no estado de Minas Gerais utilizando-se Sistema de Informações Espaciais (SIG)**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Geografia/Tratamento da Informação Espacial, Belo Horizonte, 2010.
- GONÇALVES, Janice. Patrimônio cultural: a educação em múltiplos sentidos. *In*: MINISTÉRIO DA CULTURA E CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL SANTA CASA. **Patrimônio, ensino e educação: formação profissional**. Porto Alegre: ISCMPA, 2017.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN, Museu Imperial, 1999.
- IAB – INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA BRASILEIRA. **Educação Patrimonial**. Disponível em: <http://www.arqueologia-iab.com.br/page/educacao-patrimonial>. Acesso em: 27 fev. 2020.
- IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Lausanne**. 1990, p. 1. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL.. **Instrução Normativa n. 1**. Brasília, 25 mar. 2015.

KERN, Arno Alvarez. Nosso passado terá um futuro? Reflexões sobre a arqueologia. *História: Debates e Tendências*. **Dossiê: Arqueologia e cultura material**, v. 17, n. 1, p. 23-39, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/hdtv.17n.1.7234>. Acesso em: nov. 2020.

LIMA E SILVA, Juliane Carla; BARBOZA, Matheus Belo G. Os lugares, os patrimônios e o ensino da história: a Educação Patrimonial nas salas de aula. In: **ANPUH 6º Simpósio Eletrônico Internacional de Ensino de História**. 2020, União da Vitória, PR, (Comunicação, mesa Ensino de História e Diálogos Transversais), UNESPAR: LAPHIS. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/eventos/item/5596-6-simposio-eletronico-internacional-de-ensino-de-historia>. Acesso em: 19 maio 2020.

MATOS, Alexandre Pena. **Educação Patrimonial no Contexto Arqueológico**: reflexões acerca das práticas educacionais. 2017. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SCHWENGBER, Valdir Luiz. Relatório final de pesquisa arqueológica: Programa de gestão do patrimônio arqueológico na área de implantação da PCH São Carlos, municípios de Lacerdópolis e Campos Novos/SC. **Espaço Arqueologia**, Tubarão, abr. 2020.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. Educação e patrimônio cultural: uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. *Escola Politeia*, São Paulo, São Paulo. **Revista CPC**, São Paulo, n. 19, p. 80-108, jun. 2015.

WITTMANN, Marcus Antonio Schifino. **Entre cientistas, burocracias e uma coisa chamada patrimônio**: uma etnografia da prática arqueológica no licenciamento ambiental. 2018. (Dissertação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Porto Alegre, 2018.

Recebido em 12 de janeiro de 2021 | Aceito em 26 de agosto de 2021



Esta obra está licenciada
conforme Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional